

# GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL NA EDUCAÇÃO ESCOLAR CONTEMPORÂNEA

Alexandra de Oliveira Alves<sup>1</sup>  
Daniel dos Santos Carneiro<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental com objetivo descritivo e exploratório. A pesquisa tem por objeto analisar acerca da prática docente e os desafios no trabalho com gênero no contexto de ensino e aprendizado. Com base nos pontos ressaltados, o estudo é norteado por questionamentos como, a relevância da educação de gênero no espaço escolar e a relação entre CF/88, LDB e PNE, sendo esses, também, junto à bibliografia parte das fontes para a produção desse estudo. Em relação aos resultados da pesquisa, constatou-se que o trabalho com gênero e sexualidade, são discussões permeadas de desafios e que exigem por parte da escola uma abordagem adequada, tendo também condições materiais, políticas e pedagógicas para um ensino adequado e eficiente para com os estudantes. Faz-se necessário, também, refletir sobre as políticas a serem adotadas para um trabalho adequado e eficiente em sala de aula, visto que a escassez de materiais, formação inadequada dos docentes e a ausência de apoio da família e da comunidade, são desafios que atrapalham o trabalho efetivo desses assuntos.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Educação básica; Desafios.

## ABSTRACT

The present work is a qualitative, bibliographic and documentary research with a descriptive and exploratory objective. The research aims to analyze the teaching practice and the challenges in working with gender in the context of teaching and learning. Based on the highlighted points, the study is guided by questions such as the relevance of gender education in the school space and the relationship between CF/88, LDB and PNE, which are also, together with the bibliography, part of the sources for the production of this study. In relation to the results of the research, it was found that the work with gender and sexuality, are discussions permeated by challenges and that require an adequate approach from the school, also having material, political and pedagogical conditions for an adequate and efficient teaching towards people. the students. It is also necessary to reflect on the policies to be adopted for an adequate and efficient work with these themes in the classroom, since the scarcity of materials, adequate training of teachers and the lack of support from the family and the community, are challenges that hinder the continuous and effective work on these issues.

**Keywords:** Gender; Sexuality; Basic education; Challenges.

---

<sup>1</sup> Discente do curso de especialização em Gênero e Diversidade e Direitos Humanos da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Licenciada em Letras-Português Pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Professora de Português nos anos iniciais.

<sup>2</sup> Orientador - Mestre em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB.

Data de submissão e aprovação: 16/02/2022.

## 1 INTRODUÇÃO

É notório que atualmente existe maior preocupação em discutir e compreender os problemas relacionados às questões voltadas para gênero, sexualidade e diversidade em diferentes aspectos. É inegável que diversos seguimentos sociais têm se preocupado tanto em discutir como compreender e procurado dar voz e reconhecimento às diversidades. Nessa perspectiva, o ambiente escolar também é um local que deve se voltar para a discussão sobre gênero, sexualidade e diversidade. Porém, além dessa preocupação, este ambiente deve buscar instigar reflexões sobre os desafios enfrentados por profissionais da educação acerca das referidas questões, pois:

Ao trabalhar sexualidade em sala de aula, as dificuldades enfrentadas pelos professores nem sempre são as mesmas, mas na maioria dos casos, as maiores dificuldades referem-se à falta de material didático, a conversa paralela, as quais acarretam em discussões com os demais alunos. Fora da sala de aula o problema que os professores enfrentam é a não aceitação dos pais com a temática, pois acreditam que ainda não está na hora de seus filhos começarem a saber sobre sexualidade. (NOVAK, 2013, p. 28).

Conforme apresentado, a temática é muito delicada. Pois, de um lado esbarra no contexto cultural e escassez de material didático e no outro, na tradição. Por conseguinte, vemos a necessidade de se trabalhar a temática citada, tendo em vista que os professores precisam ter conhecimento sobre o assunto.

Assim, é preciso estar atento às conversas paralelas para que o profissional da educação tenha como intervir sempre pensando na inclusão, pois, como é apresentado, essas conversas acarretam discussões e atrapalham o processo de aprendizado. Posto isto, vemos como um problema a não aceitação dos pais, como se não fosse importante as questões ligadas à sexualidade.

Desta forma, o estudo apresentado discutirá sobre escola, gênero, estrutura e desenvolvimento dos referidos aspectos, tomando por base a análise bibliográfica de documentos referentes às diretrizes e normativas educacionais como a LDB, PNE e Constituição Federal de 88, onde buscou-se analisar as garantias referentes aos direitos humanos frente às diversidades.

Inicialmente é problematizado sobre sexualidade, buscando compreender o que é sexualidade humana, sua definição e como ela se diferencia da categoria gênero, a partir da literatura científica. Além disso, é instigada uma discussão sobre o que é gênero tendo como base os estudos sobre o referido tema, especialmente os estudos das

ciências humanas. E por fim, a pesquisa traz discussões acerca do trabalho com as categorias gênero e sexualidade no ambiente escolar.

### **1.1 Ambiente e estrutura escolar, gênero e diversidade**

Mesmo com as dificuldades enfrentadas no ensino, tendo em vista o anseio de uma educação para a transformação da realidade social, a escola não pode se eximir da responsabilidade que lhe cabe de discutir determinados temas como desigualdades de gênero e a diversidade sexual.

A instituição escolar precisa dispor de ambientes e profissionais que possibilitem a prática de valores, igualdade e respeito entre pessoas de diferentes sexualidades e permita que crianças e adolescentes convivam com todas as possibilidades relacionadas às identidades e diversidade de gênero. Pois:

O ambiente escolar é considerado um dos principais lugares de construção dos saberes da criança, incluindo as construções das identidades e, conseqüentemente, das diferenças. Assim, a ideia de incorporar o tema aos Planos de Educação visava propiciar uma discussão para diminuir o preconceito nas escolas, além de preparar as instituições de ensino para combater a discriminação racial, de orientação sexual ou de identidade de gênero. Além de prever a difusão de propostas pedagógicas com conteúdos sobre sexualidade, diversidade quanto à orientação sexual, relações e identidade de gênero, muitas propostas também apontavam para a necessidade de estabelecer formas de evitar a evasão escolar motivada por orientação sexual ou identidade de gênero. (FILHO; CAMPOS; SANTOS, 2015, p. 8).

Destacamos aqui, a importância e influência do espaço escolar para a educação, ensino, suas configurações e influências nos processos de ensino-aprendizagem. Acreditamos que a escola é um espaço ideal para o tratamento de questões polêmicas sobre diversidade cultural e identidades, pois, além de ser um lugar onde as diferenças individuais são múltiplas e aparentes, é também um espaço onde o debate deve acontecer continuamente, visando à aprendizagem e prática do pensamento crítico, promovendo entre todos os agentes escolares o convívio respeitoso e democrático.

As discussões sobre gênero precisam estar inseridas e problematizadas no campo educacional por meio de debates, sobretudo, para os professores que trabalham diretamente com a formação de crianças, para proporcionar discussões que visem a elaboração de métodos e recursos pedagógicos a serem empregados, na prática, para evitar assim a desigualdade no tratamento de todos e todas na escola. Antes, porém, é

preciso investir na formação desses professores, referente aos temas transversais voltados à sexualidade, gênero e diversidade.

Nessa direção, antes de adentrar na formação dos docentes para o trabalho com temáticas com as temáticas apresentadas, é essencial explanar os documentos educacionais para compreender como eles concebem e norteiam esses assuntos.

## 1.2 Diretrizes educacionais e inclusão

O objetivo aqui é instigar reflexões sobre os principais desafios enfrentados por profissionais da educação acerca das questões de gênero e diversidade sexual no âmbito escolar. Além disso, o trabalho visa investigar se os documentos como: Constituição Federal de 1988 e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>3</sup>, somados aos documentos educacionais como: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)<sup>4</sup> e Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>5</sup> orientam os estudos de gênero e diversidade sexual no contexto de ensino e aprendizagem.

Em relação à Constituição Federal de 1988, o texto define em seu Art. 3º, entre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, “a promoção do bem-estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Já o Art. 5º expressa que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 2017, p.1).

Percebe-se a partir da leitura e análise dos trechos da CF/88, que ela contempla as diferenças quanto ao sexo, orientação sexual e identidade de gênero na perspectiva da inclusão. Diante disso, entendemos que o texto constitucional engloba as temáticas de gênero e sexualidade a partir da garantia de existência pela inclusão.

Ainda no que concerne a CF/88, observa-se que em seu Art. 205 assevera que “a educação é direito de todos e dever do Estado e da família e que será promovida e

---

<sup>3</sup> O ECA atua diretamente na defesa dos direitos sociais, constitucionais de crianças e jovens e se opõem a qualquer forma de opressão, violência e desrespeito com esse público.

Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2013/marco/o-que-e-o-e-ca>.

<sup>4</sup> Foi aprovada no ano de 1996 e é responsável por garantir educação gratuita e de qualidade para a população brasileira. Além disso, ela atua assegurando direitos educacionais como a valorização do trabalho docente e o investimento que o União, Estados e Municípios devem destinar à educação pública. Disponível em: <http://www.conselhodacrianca.al.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/2013/marco/o-que-e-o-e-ca>.

<sup>5</sup> Define objetivos e metas que o governo federal, estadual e municipal devem alcançar em relação ao campo da educação, para isso, são definidas políticas educacionais para que esses objetivos e metas sejam alcançados com êxito. Disponível em: <https://www.politize.com.br/plano-nacional-de-educacao/>.

incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2017, p. 1).

Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação em seu Art. 32 do ensino fundamental obrigatório, destaca como um dos objetivos que:

O currículo do ensino fundamental incluirá, obrigatoriamente, conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente, observada a produção e distribuição de material didático adequado (BRASIL, 1990).

Em diálogo com a CF/88, a LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se soma a este conjunto de normativas, leis e documentos jurídicos educacionais que defendem o direito de toda criança e adolescente à liberdade, aos direitos sociais, aos direitos humanos. Além disso, percebemos no ECA assim como na análise dos documentos já mencionados, a inclusão à liberdade de opinião, expressão e crença.

Destaca-se que o Plano Nacional de Educação (PNE) em seu Art. 2º define entre suas diretrizes, especificamente a III: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” e a X: “promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2014, p.1).

Segundo Bortolini (2015), podemos notar que pelos marcos legais que regem a educação brasileira, há necessidade da superação de desigualdades, discriminações e violências não só na escola, mas a partir, também, do ambiente escolar. Dessa maneira, ignorar esses temas ou restringir sua abordagem no sistema de ensino, constitui desrespeito aos princípios que regem a educação brasileira, fundamentados na Constituição Federal de 1988 e em leis específicas.

Ainda segundo Bortolini (2015), se a base legal impõe o enfrentamento destes temas na escola, percebemos a necessidade de trabalhar questões ligadas a gênero e sexualidade, indicando uma abordagem focada não na padronização de comportamentos, mas na reflexão crítica, na autonomia dos sujeitos, na liberdade de acesso à informação, reconhecimento das diferenças, promoção dos direitos e no combate a toda forma de discriminação e violência.

Mediante as informações e ponderações explicitadas, evidencia-se a importância da inclusão e do trabalho contínuo dos estudos de gênero e diversidade sexual

no ambiente educacional. Pois, é inegável que esses estudos possibilitam impactos positivos para os atores sociais presentes no contexto de ensino e aprendizado, além de serem assuntos transversais e que dialogam com a luta por direitos humanos.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

### **2.1 Gênero e relações sociais**

No decorrer desta pesquisa foi estabelecido diálogos com autores do campo da educação, prioritariamente aqueles que analisam sexualidade, gênero e ensino. Pois, os referidos termos possuem várias definições:

Minha definição de gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão inter-relacionados, mas devem ser analiticamente diferenciados. O núcleo da definição repousa numa conexão integral entre duas proposições: (1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre as mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidirecional. (SCOTT, 1995, p. 96).

Inicialmente, gênero é apresentado como um elemento a partir das relações sociais tendo como base as diferenças percebidas entre os sexos. Posteriormente, é apresentado que o gênero dá significado às relações de poder. Através das relações estabelecidas ao gênero pela sociedade, percebemos como as relações estão ligadas ao papel de gênero na sociedade.

Atualmente, há uma preocupação ligada à educação com vista à diversidade de gênero. Nessa acepção, como bem aponta Basso (2020, p. 15) a diversidade é o entendimento de que não existem apenas dois tipos como: “masculino e feminino, mas uma diversidade de gêneros”. A partir disso se faz necessário destacar que:

Os seres humanos têm dificuldades de lidar com tudo que é novo e muitas vezes preferem sucumbir os seus medos e a possibilidade de interagir com as concepções e conceitos de outras culturas e de outras pessoas que não sequeem os padrões normais concebidos pela sociedade onde cada um está inserido. A escola hoje vive dilemas que fazem parte do debate que a sociedade globalizada moderna vem enfrentando em todas suas esferas. (FILHO; CAMPOS; SANTOS, 2015, p. 5).

Conforme os autores apresentam, diversidade é um recurso social dotado de alta potencialidade, libertadora e transformadora. Sendo seu reconhecimento um

elemento principal para o desenvolvimento de uma sociedade que tem a ganhar com a inclusão de todos e com análise de suas diferenças. Sendo assim, assegurando que cada cidadão e cidadã possa exercitar sua liberdade e criatividade, desenvolvendo seus talentos, aproveitando as oportunidades e as possibilidades de expressar suas ideias a partir de suas experiências vividas, como, valores; sonhos; afetos e desejos. Desse modo, a valorização do respeito pela livre expressão afetivo-sexual e de identidade de gênero torna-se um benefício para toda a coletividade. (FILHO; CAMPOS; SANTOS; 2015, p. 5).

Explicar gênero exige muitas vezes discorrer sobre temas como sexualidade. Nessa direção, o próximo tópico tem como foco discutir sobre a definição de sexualidade, para que dessa forma fique claro que além de serem relevantes, seus conceitos e características são distintos e peculiares. Por isso é fundamental compreender cada uma dessas categorias.

## **2.2 Sexualidade, diversidades, gênero e educação**

Gênero remete a outro conceito importante de ser abordado, a sexualidade. Na concepção de Basso (2020, p. 17) “a sexualidade humana é formada por uma múltipla combinação de fatores biológicos, psicológicos e sociais, e é basicamente composta por três elementos: sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero”.

Favero (2018, p. 1) tece colocações importantes sobre o assunto. De acordo com a autora, “sexualidade é um termo amplamente abrangente que engloba inúmeros fatores e dificilmente se encaixa em uma definição única e absoluta”. Logo em seguida, a autora assevera que o termo “sexualidade” nos remete a um universo onde tudo é relativo, pessoal e muitas vezes paradoxal. Ela ainda acrescenta que a sexualidade “é o traço mais íntimo do ser humano e como tal, se manifesta diferentemente em cada indivíduo de acordo com a realidade e as experiências vivenciadas pelo mesmo”.

A partir das elucidações, o que se verifica é que a sexualidade está relacionada não somente com a orientação sexual e sexo, mas também o corpo, os desejos, intimidades, experiências, atrações, afetos e relações. Ou seja, a sexualidade abrange questões referentes ao corpo, desejo, ato sexual, psicológico e relacional dos sujeitos, sendo uma categoria complexa e profunda.

Para ampliar a discussão, a seguir será contemplado as reflexões acerca da inserção e debate em relação ao gênero e sexualidade no contexto de ensino e aprendizado

da educação básica, dando atenção à relevância de trabalhar essas temáticas na educação escolar.

Gênero e a sexualidade são questões que devem ser debatidas na escola e também serem esclarecidas as dúvidas sobre os respectivos assuntos, sendo essencial tratá-los de forma adequada em sala de aula. Filho, Campos e Santos (2015, p. 6) ponderam que “temos que realmente esclarecer as dúvidas dos alunos, garantindo assim um melhor desempenho das crianças nos estudos e preenchendo as lacunas que deixam a desejar nessa relação, que deve ser específica”.

É inegável a importância de esclarecer dúvidas e preencher lacunas quando se trabalha com temas complexos como gênero, sexualidade e diversidade na sala de aula, pois, os discentes podem apresentar dúvidas, desconhecimentos, desinformação acerca desses assuntos. Dessa forma, é imprescindível uma abordagem adequada e conhecimentos contundentes para sanar esses questionamentos e possibilitar reflexões em relação a essas temáticas no ambiente escolar.

Segundo Maia, Navarro e Maia (2011 p. 28) “os valores e concepções dos professores acerca das questões de gênero são refletidos em sua práxis educativa”. Portanto, é necessário que os professores tenham uma formação voltada para essas interrogativas, podendo, assim, trabalhá-las em sala de aula.

É importante destacar também que por muitas vezes, os professores deveriam fazer intervenções quando surgem levantamentos por parte dos alunos e alunas sobre questões de gênero e sexualidade, e muitos optam por deixar de lado, mesmo sabendo que deveriam fazer suas colocações, talvez por não se sentirem à vontade para falar no assunto, ou por não se sentirem preparados.

### **3 MÉTODO**

#### **3.1 Tipo de pesquisa**

O estudo apresentado trata-se conforme Triviños (1987) de uma pesquisa qualitativa, onde a preocupação do pesquisador não é com a representatividade numérica do grupo pesquisado, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, uma organização, uma instituição, ou uma trajetória, etc. (GOLDENBERG, 1997, p. 14).

Já em relação ao tipo, trata-se de uma pesquisa descritiva exploratória, que tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema. Desta forma, o

estudo visa contribuir para expansão sobre a temática aqui apresentada.

Definido a temática, foi realizada análise da literatura existente para a seleção dos materiais que seriam utilizados na pesquisa. Em seguida, foi feita a análise desses materiais e também dos documentos norteadores da educação.

### **3.2 Coleta e análise das fontes**

O processo de coleta de fontes deu-se a partir de duas perspectivas: análise bibliográfica, tendo por finalidade a familiarização com o tema e empregar os autores no processo de discussão e análise de documentos voltados à educação e direitos humanos como a CF/88; ECA; LDB e PNE. A consulta aos referidos documentos serviu para enriquecer a problematização bem como compreender o desenvolvimento e emprego de estratégias educacionais.

Quanto ao procedimento e tipo de pesquisa, o estudo desenvolveu-se por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental. De acordo com Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, onde utilizam fundamentos das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto. Já a pesquisa documental, vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico.

Nessa perspectiva a seleção dos materiais, foi realizada por meio de um levantamento bibliográfico em bancos de trabalhos acadêmicos como: Scielo, Lilasc e Google Acadêmico. Sendo também utilizados descritores como: gênero, diversidade sexual, escola, desafios, docentes, relevância, família. Como marcadores para facilitar na busca de materiais, tendo sido encontrados sobretudo, artigos e trabalhos de conclusão de curso que contemplam o assunto apresentado.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conclui-se que tal proposta esbarra em problemas como a falta de formação adequada para os docentes; ausência de suporte por parte da escola; ausência da participação familiar e da comunidade para abordarem esses assuntos. Além disso, a falta de materiais e apoio por parte do poder público, se mostram problemas que dificultam o trabalho dos professores nessas temáticas e instigam reflexões.

Foi apontado no decorrer do estudo que a escola possui o dever de tratar essas temáticas. Visto que a mesma tem influência sobre a identidade e formação humana dos discentes, sendo também importante pontuar que a escola possui em suas responsabilidades e objetivos, a função social.

Ou seja, temas transversais e que envolvem a realidade política e cultural dos sujeitos. Portanto, é indispensável ser abordado no contexto de sala de aula. Nesse sentido, também se constatou que a inclusão e trabalho com temas como gênero e sexualidade no contexto de ensino e aprendizagem são discussões permeadas de desafios e que exigem por parte da escola, uma abordagem adequada, condições materiais, políticas e pedagógicas para um estudo adequado e eficiente para/com os estudantes.

Além dos problemas enfrentados relacionados à formação, infraestrutura e ausência de participação social, a pauta sobre gênero e sexualidade na educação também se mostra como uma questão histórica, pois, ao longo do tempo, minorias como a população LGBTQIA+, mulheres são discriminados e marginalizados de espaços de poder e sociabilidade motivados por preconceitos de gênero e sexualidade.

Acentuar a natureza histórica e social da categoria gênero é fundamental, pois desmitifica mitos e inverdades que esse conceito é definido exclusivamente pelo aspecto biológico e colabora para os professores ao trabalharem o assunto, eliminarem esses mitos e inverdades, visto que, a categoria gênero ao longo da história passa por transformações e deixa de ser concebido apenas como algo biológico, sendo uma categoria permeada por questões sociais e políticas. Haja vista, que ser homem ou mulher não diz respeito unicamente ao elemento biológico, ao corpo, órgãos genitais, mas sim, a construção cultural, social e política que é constituída por meio de símbolos, linguagem, regras, tabus, papéis sociais e vestimentas, que são estabelecidas no decorrer da história e são conceitos mutáveis.

Somados aos desafios já mencionados, deve-se pontuar que o preconceito, violência, machismo e homofobia enraizados e latentes na história da cultura brasileira,

é um fator que dificulta a inserção e abordagem recorrente e científico com esses assuntos, como diversidade, sexualidade, visto que, historicamente, a sociedade brasileira é marcada pelo patriarcalismo, discriminações, rejeição à diversidade e violência contra determinados segmentos sociais como mulheres, negros e LGBTQIA+.

Por conseguinte, o debate de gênero na educação escolar deve ter como uma de suas bases a formação dos professores, currículo, materiais adequados e eficientes sobre a temática. É importante que os professores sejam incentivados por meio do encorajamento da direção, das famílias e comunidade a trabalharem a temática. Além disso, esse incentivo pode ocorrer pela disponibilidade de materiais, a oferta por parte do poder público de cursos, atividades direcionadas à formação teórica e pedagógica com esses assuntos. Também é fundamental que esses profissionais não sejam constrangidos, intimidados ao tocarem nesses assuntos nos espaços de ensino e aprendizado.

Inevitavelmente quando se debruça sobre o tema gênero, sexualidade e educação um dos elementos em que aparece é o receio, vergonha e tabus que permeiam a discussão, isso por parte dos docentes.

Nessa direção, a discussão sobre gênero na escola deve pautar assuntos como desigualdade violência de gênero, machismo, patriarcalismo, discrepâncias no tratamento e nos direitos do sexo masculino em detrimento do sexo feminino, ou seja, para enriquecer o debate deve-se abordar assuntos que atravessam o tema gênero e diversidade sexual, sendo o trabalho docente com apoio de outros atores sociais e políticas públicas educacionais indispensáveis para uma reflexão crítica e social eficientes com esses.

Acreditamos que é necessário um conjunto de ações no âmbito educacional para uma explanação científica, rica e oportuna com esses assuntos, sendo relevante que seja dada atenção ao currículo, aos materiais pedagógicos, à didática, condições materiais.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar este estudo podemos considerar que, a temática gênero e diversidade sexual no contexto escolar é de suma importância, visto que esse assunto se conecta com questões macroestruturais como política, segurança pública e cultura dentre outros. Além disso, como foi demonstrado no decorrer da pesquisa, a escola possui uma função social, sendo dessa forma imprescindível o trabalho com temáticas de cunho

social, histórico, e que estimule princípios e comportamentos cidadãos nos estudantes.

Nessa direção, se reconhece que a pesquisa não se esgota, tampouco apresenta respostas absolutas e conclusivas, pois, é um assunto que por está em constante movimento, questionamentos e mudanças na literatura científica, logo a cada produção escrita e discussão, novos resultados e reflexões são reformulados e acrescentados.

Dessa forma, espera-se que as informações apresentadas com os resultados obtidos sejam importantes no sentido de agregar contribuições aos estudos de gênero. Além disso, espera-se que a pesquisa contribua para combater preconceitos e mitos em relação a gênero e diversidade sexual no contexto de ensino e aprendizado.

## REFERÊNCIAS

BASSO, Julia de Souza Lopes. **Manual de orientações sobre gênero e diversidade sexual**. Cacoal: IFRO, 2020, 51 p; Il.

BORTOLINI, Alexandre. **Disposições legislativas sobre gênero na Educação**. Guia prático para escolas e educadoras/es. 2015. Disponível em: <http://eprafalardegenerosim.blogspot.com.br/>. Acesso em: 10 out, 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988. Art. 3º e 227**. Brasília. 2017. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_04.02.2010/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_04.02.2010/CON1988.pdf). Acesso em: 10 out, 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / Lei nº 9394/96 – Art. 3º**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 9 out, 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm). Acesso em: 9 out, 2021.

BRASIL. **LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014** - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 9 out, 2021.

FAVERO, Cintia. **O que é sexualidade?** Infoescola. 2018. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sexualidade/o-que-e-sexualidade/>. Acesso em: 29 de jan.2020.

FILHO, Antonio Rodrigues S; CAMPOS, Ítala Rayane; SANTOS, Elzanir dos. **DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA: A CONCEPÇÃO DOS PROFESSORES**.

2015. Disponível em:

[https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/diversidade\\_sexual\\_na\\_escola\\_revisado\\_1.pdf](https://semanaacademica.com.br/system/files/artigos/diversidade_sexual_na_escola_revisado_1.pdf). Acesso em: 10 set, 2021.

GIL, Antônio Carlos, 1946- **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirían, 1997- **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais** / Mirian Goldenberg. - 8' ed. - Rio de Janeiro: Record, 2004.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando et al. **Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental**. *Psicol. educ.* São Paulo, n.32, jun, 2011.

NOVAK, ELAINE. **Dificuldades enfrentadas pelos professores ao trabalhar educação sexual com adolescentes**. 2013, 38 páginas. Monografia de especialização em ensino de ciências - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Medianeira, 2013.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. RioGrande do Sul, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.